Declaração política dos Povos Indígenas da Amazônia ao encerramento da COP31: Antalya decepcionou os Povos Indígenas e o clima

A COP31 chegou ao fim sem mencionar a principal causa das mudanças climáticas: os combustíveis fósseis; sem garantias para os Povos Indígenas que protegem a Amazônia; e com acordos muito aquém das respostas exigidas pela crise. Rumo à COP32, os Povos Indígenas da Amazônia apostam em uma aliança com o Sul Global.

Antalya, Turquia, 22 de novembro de 2026 – A 31ª Conferência das Partes (COP31) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CMNUCC) chegou ao fim sem um acordo político geral. Após duas semanas de negociações e sessões extraordinárias, os governos não conseguiram chegar a uma decisão à altura da crise que já afeta a vida de milhões de pessoas. Mais uma vez, os interesses econômicos e geopolíticos se sobrepuseram à responsabilidade de proteger a vida e o planeta.

Nós, os Povos Indígenas da Amazônia peruana, brasileira, colombiana e equatoriana, participamos da COP31 como titulares de direitos e atores ativos nas negociações. **Partimos de Antalya com uma certeza: esta COP ficou aquém do que foi conquistado em Belém.**

Sem os direitos dos Povos Indígenas, não há ação climática

Os direitos dos Povos Indígenas estão reconhecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e no preâmbulo do Acordo de Paris. Reafirmá-los nas decisões climáticas não cria novas obrigações: reflete aquelas que os Estados já assumiram.

Em todas as mesas de negociação das quais participamos, algumas Partes tentaram suprimir as referências aos direitos humanos, classificando-as como "prescritivas". Exigimos que as Partes não enfraqueçam a linguagem dos direitos já acordada.

A Amazônia abrange 847 milhões de hectares e é vital para a estabilidade climática do planeta. Nossa participação plena e efetiva não é uma concessão, mas uma condição para qualquer ação climática. Da mesma forma, o reconhecimento e a proteção de nossos direitos são uma condição necessária para a ação climática.

A transição não será justa se for feita às custas dos Territórios Indígenas

A economia do petróleo nos levou a esta crise, e foram nossos territórios que pagaram o preço. Na Amazônia, 31 milhões de hectares se sobrepõem a blocos de petróleo e gás. Esses projetos foram impostos sem o nosso consentimento livre, prévio e informado. A transição não pode repetir essa história. 54% dos projetos de mineração para a transição energética estão em

Territórios Indígenas ou próximos a eles. Na Amazônia, 9,8 milhões de hectares se sobrepõem a concessões mineradoras. A descarbonização não pode significar sacrificar nossos territórios, nem impor tecnologias que violem nossos direitos.

> *"O petróleo nos deixou centenas de derramamentos, rios contaminados e comunidades doentes. Essa é a verdadeira face da crise climática. Mesmo assim, nossos governos promovem novas rodadas de licitações de petróleo, como a realizada no Suroriente, justamente quando é mais urgente deixar o petróleo para trás. Que uma COP termine sem sequer mencionar os combustíveis fósseis é uma decepção."* – ***Efren Nango – Presidente da CONFENIAE.***

Em Belém, conquistamos o parágrafo 12(i) do Programa de Trabalho para a Transição Justa, que reconhece nosso direito à autodeterminação e ao consentimento livre, prévio e informado. Também foi acordada a criação de um mecanismo de transição justa, e chegamos a Antalya pedindo um espaço próprio em sua governança.

Lamentamos que o mecanismo tenha saído de Antalya sem funções operacionais ou governança definida e que sua concepção tenha sido adiada até 2027. Instamos as Partes a dotar o mecanismo de funções e recursos reais, a garantir um espaço próprio para os Povos Indígenas em sua governança e a respeitar plenamente nossos direitos diante de qualquer projeto de transição.

A segurança jurídica dos Territórios Indígenas é uma medida eficaz de mitigação

Os Povos Indígenas ocupam fisicamente 404 milhões de hectares na América Latina. Isso representa um quinto da superfície total da região. Desses 404 milhões de hectares, 237 milhões (quase 60%) estão na bacia amazônica: trata-se de uma área maior do que a soma dos territórios da Alemanha, Espanha, França, Itália, Noruega e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Entre 2001 e 2021, os Territórios Indígenas da Amazônia absorveram, em termos líquidos, 340 milhões de toneladas de CO_2 por ano.

Por isso, **garantir a segurança jurídica de nossos territórios é uma política de mitigação eficaz, e exigimos que o Programa de Trabalho para a implementação e as metas de mitigação em Sharm el Sheikh reconheça isso como tal**. No entanto, as primeiras versões desse programa nem sequer mencionavam os Povos Indígenas. e a solicitação de que fosse feita referência ao parágrafo 12(i) da decisão 2/CMA.7 (Programa de Trabalho para a Transição Justa), conseguimos que nosso papel fosse reconhecido, embora de forma geral.

O **Programa de Trabalho para a Implementação e as Metas de Mitigação em Sharm el Sheikh** também previa a possibilidade de abrir diálogos sobre a saída dos combustíveis fósseis, a transição energética e o uso de florestas e terras. Mas a COP31 terminou sem acordo sobre

esse tema, principalmente porque alguns países se recusaram a discutir os combustíveis fósseis. A porta foi fechada justamente onde se discute a causa do problema. Lamentamos esse desfecho e exigimos a continuidade desse Programa de Trabalho, bem como a inclusão dos temas da saída dos combustíveis fósseis, da transição energética e do uso das florestas e terras, incluindo, entre eles, a segurança jurídica de nossos territórios.

> *"Onde há Territórios Indígenas reconhecidos, a Amazônia continua viva: florestas intactas, rios limpos e biodiversidade. Garantir nossos direitos à terra, aos territórios e aos recursos é a política de mitigação mais eficaz à disposição dos governos têm."* – **Carlos Gaitán, Coordenador de Território, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da OPIAC**

O financiamento climático precisa chegar àqueles que estão implementando medidas eficazes de mitigação e adaptação

Nós, os Povos Indígenas, freamos o desmatamento e nos adaptamos à crise com muito poucos recursos. Em 2023 e 2024, dos cerca de US$2,43 bilhões em financiamento internacional para conservar a Amazônia, as organizações indígenas receberam apenas 0,7%; o restante passou principalmente por governos e outros intermediários. Ao longo de toda a última década, o financiamento direto às nossas organizações permaneceu próximo de zero.

Ao chegarmos à COP31, observamos com otimismo que algumas versões preliminares mencionavam o acesso direto e a participação nos processos de tomada de decisão, particularmente no Fundo Verde para o Clima, no Fundo para o Meio Ambiente Mundial, no Fundo para Resposta a Perdas e Danos e nos documentos sobre financiamento climático. No entanto, nas versões finais, essa linguagem foi enfraquecida e, no que diz respeito ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial, não houve decisão. Além disso, a decisão de triplicar os recursos para adaptação foi adiada para a próxima COP.

Mesmo assim, nada impede que esses fundos tomem as decisões necessárias para melhorar nosso acesso direto e nossa participação. Reconhecemos o papel das agências implementadoras que hoje canalizam esses recursos. **Mas, para que a implementação traga resultados, o financiamento deve chegar aos territórios, onde a ação climática é realizada, por meio de um acesso direto que reconheça nossas prioridades.**

> *"Com o Fundo Podáali, demonstramos que os Povos Indígenas administram recursos com transparência e que o dinheiro chega onde é necessário. Nós, Povos Indígenas, já demonstramos que sabemos administrar recursos de forma eficaz; precisamos de acesso direto a eles"* – ***Inara Waty Sateré-Mawé, vice-coordenadora da COIAB***

Não é possível avaliar as Metas de Adaptação sem os Povos Indígenas

Em 2023 e 2024, a Amazônia passou por duas secas extremas consecutivas. O rio Negro atingiu seu nível mais baixo em 122 anos e comunidades inteiras ficaram isoladas, sem água e sem pesca. A Amazônia passou de quatro grandes secas em um século para quatro em menos de 25 anos.

Diante disso, nossos povos se adaptam por meio de sua governança e de seus sistemas de conhecimento. Mas quando os governos definem como medir se o mundo está se adaptando, quase não nos veem: dos 59 indicadores aprovados em Belém, apenas dois grupos de indicadores mencionam os Povos Indígenas.

Em Antalya, conseguimos um lugar no novo grupo de trabalho sobre adaptação (Força-Tarefa), que avaliará a metodologia e os dados desses indicadores, além de nossa participação nos diálogos que se seguirão. Mas não foi incluída a obrigação de desagregar os indicadores nem de coletar dados específicos sobre os Povos Indígenas. Sem esses dados, nossa realidade continuará invisível; sem dinheiro para nos adaptarmos, as promessas permanecerão no papel.

> *"Na Amazônia peruana, já estamos vivenciando os impactos da crise climática: nossas florestas são devastadas por incêndios, nossos rios secam e as secas são cada vez mais prolongadas, enquanto nossas lideranças sofrem ameaças ou são criminalizadas. Em Antalya, conseguimos um avanço importante para a adaptação às mudanças climáticas: a incorporação dos Povos Indígenas na Força-Tarefa. Agora esperamos que esse espaço reconheça que não é possível construir respostas eficazes diante das mudanças climáticas sem nossos conhecimentos ancestrais, nossa experiência e nossos sistemas de governança territorial. Nós, os Povos Indígenas, não somos apenas afetados pela crise climática; somos atores fundamentais na construção de soluções e, por isso, elas devem contar com reconhecimento, apoio e, acima de tudo, acesso direto ao financiamento." –* ***Miguel Guimaraes, vice-presidente da AIDESEP***

Balanço geral: poucos acordos e pouca vontade política

Antalya fracassou por uma razão política: os governos não chegaram a um acordo sobre como enfrentar as causas estruturais da crise. As últimas versões da Decisão de Cobertura eliminaram toda menção aos combustíveis fósseis, promoveram falsas soluções como a captura de carbono e não incluíram salvaguardas para os direitos humanos e os direitos dos Povos Indígenas, tampouco compromissos claros de financiamento. Comemoramos que esse texto não tenha sido adotado: teria criado um precedente perigoso, o de falar de clima sem falar de petróleo e de soluções sem falar de direitos. Nenhum texto é melhor do que aquele que legitima a inação.

Belém avançou no reconhecimento de nossos direitos; Antalya não os colocou em prática. É hora de cumprir. Cada governo deve incorporar o parágrafo 12 do Programa de Trabalho para a Transição Justa, especialmente as alíneas (d), (h), (i) e (j), às suas Contribuições Determinadas em Nível Nacional (NDCs), aos seus Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e às suas estratégias de longo prazo (LT-LEDS). Da mesma forma, o financiamento climático deve chegar àqueles que estão na linha de frente da defesa.

Enquanto isso, nossos territórios continuam enfrentando a expansão do setor petrolífero, a mineração, o desmatamento e as economias ilegais. Com nossos conhecimentos e nossos próprios governos, somos a última linha de defesa contra o aquecimento global. **É hora de o mundo reconhecer nossa liderança climática e se unir às nossas lutas. Não é possível salvar o planeta ignorando aqueles que sempre o protegeram.**

De Belém a Adis Abeba: as respostas à crise climática virão do Sul

A América Latina e a África compartilham as florestas tropicais que sustentam o clima do planeta, e também uma história: territórios transformados em zonas de sacrifício e povos que sofrem uma crise que não causaram.

Partimos de Antalya com uma pergunta: **até quando ficaremos apenas nos discursos e quando virão as ações?** Reconhecer nossos direitos nos textos não basta se eles não se transformarem em decisões, orçamentos e ações. Não aceitaremos uma transição sem o fim dos combustíveis fósseis, uma conservação sem segurança jurídica para nossos territórios nem compromissos financeiros sem acesso direto para nossas organizações.

Chegaremos à COP32 com a esperança de que as respostas venham do Sul e construiremos pontes com os Povos Indígenas da África.. Acreditamos em um multilateralismo que atenda àqueles que estão na linha de frente e, juntos, exigiremos que os países desenvolvidos reduzam suas emissões, cumpram o financiamento prometido e respeitem nossos direitos.

Assinam:

Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDESEP)
Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE)
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC)